



O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Sede Santo André: Rua Gertrudes de Lima, 202 Fone: 4993-8999
Sede Mauá: Av. Capitão João, 360 Fone: 4555-5500

f Metalurgicos.SA.MA

www.metalurgicosantoandre.org.br



Edição 924 | 2 de novembro de 2016

Campanha Salarial 2016

TODOS NA ASSEMBLEIA



Nesta sexta-feira, dia 4, às 18h, no Sindicato, teremos a assembleia decisiva da nossa Campanha Salarial 2016. A data-base da categoria é 1º de novembro, mas até agora os patrões não apresentaram propostas às nossas reivindicações de reajuste salarial, valorização do piso salarial, renovação de todas as cláusulas sociais e nenhum direito a menos.

É hora de darmos a nossa resposta aos patrões, que estão fazendo corpo mole, com a desculpa da crise. Nós, os trabalhadores, merecemos respeito, com salário digno e ambiente de trabalho seguro. Vamos à luta pelas nossas reivindicações.

Mais informações e Edital na página 3

**STF nega
desaposentação
a 182.000
segurados**

ASSEMBLEIA GERAL DELIBERATIVA NO SINDICATO

Sexta-feira, dia 4, às 18h, na Rua Gertrudes de Lima, 202, Centro, Santo André. Participe! E traga seus companheiros do Chão de Fábrica.

Medidas neoliberais penalizam trabalhadores e alimentam especulação

A PEC 241 (Proposta de Emenda Constitucional), que cria um teto para os gastos da União nos próximos 20 anos, vem monopolizando os debates e os protestos no Brasil, desde que foi apresentada pelo governo Temer como salvação para o país sair da recessão e do desemprego em alta. O quadro é de um Brasil dividido em que chama atenção o grito de jovens estudantes, muitos ainda menores de idade, pedindo para ser ouvidos, como nunca se viu antes.

Uma medida como a PEC 241 deveria ser discutida em profundidade com a sociedade, por envolver questões essenciais para a população como Educação, Saúde, Transporte e Segurança. Mas o governo tem adotado uma postura autoritária de não admitir qualquer mudança. Foi assim que conseguiu a aprovação na Câmara dos Deputados a toque de caixa e agora quer passar como um trator no Senado. Tudo isso para que o congelamento dos gastos públicos passe a valer já em janeiro de 2017.

Tudo aos rentistas

Em recente depoimento, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), do mesmo partido do presidente Michel Temer, tocou no ponto central da questão: "A PEC 241 corta tudo que se refere ao povo e libera para

o pagamento de juros de dívida não auditada. É um crime contra o povo brasileiro", criticou.

Ou seja, toda proteção ao restrito grupo de rentistas que sempre ganha muito com a especulação no mercado financeiro, em detrimento da grande parcela de brasileiros e brasileiras que depende exclusivamente dos serviços públicos.

75% dependem do SUS

Na área da Saúde, 75% da população só tem o SUS (Sistema Único de Saúde) para se cuidar e cuidar de sua família. Isso significa que a rede pública de saúde tem de garantir atendimento a um contingente de aproximadamente 155 milhões de pessoas, de todas as idades.

Protesto de estudantes contra PEC 241

Na Educação, o quadro se repete: no ano passado, 37.826.565 alunos estavam matriculados na rede de ensino público no Brasil, da creche ao ensino médio. Portanto, não é por acaso que são os jovens do ensino médio que estão a desafiar o governo a rever a PEC 241 e a MP da reestruturação do segundo grau, ocupando escolas em diferentes regiões do país.

Medidas neoliberais

Além do arrocho de serviços públicos com a PEC 241, a classe trabalhadora sofre outros prejuízos com as medidas neoliberais do governo. A reforma previdenciária é um exemplo. A mais recente informação nessa área é que o governo quer passar a cobrar dos aposentados do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) a contribuição previdenciária. Será mais um assalto ao bolso do trabalhador.

A volta de PJ

Em direitos trabalhistas, sem alarde, a flexibilização já está em curso. Na semana passada, foi sancionada a lei que legalizou a figura de PJ (pessoa jurídica ou empresa de uma pessoa só) nos salões de beleza. Conhecida como "Lei do Salão Parceiro", desobriga a contratação de profissionais como manicures e cabeleireiros pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O setor conta com aproximadamente 2 milhões de trabalhadores.

É a retomada disfarçada da chamada "Emenda 3" quase dez anos depois do veto do então presidente Lula à matéria. Essa emenda teve muita repercussão em 2007, quando foi aprovada pelo Congresso Nacional, porque abria brecha para qualquer empresa contratar, indiscriminadamente,

trabalhadores como pessoa jurídica, portanto, sem direitos como 13º salário, férias remuneradas, FGTS, aposentadoria etc.

É com medidas que precarizam as relações do trabalho que o governo quer criar novos postos de trabalho. O Brasil precisa, sim, de medidas urgentes para combater o desemprego, que já vitimou mais de 12 milhões de trabalhadores. Mas não às custas de retirada ou redução de direitos trabalhistas. E muito menos diminuindo os investimentos nos serviços públicos voltados à base da pirâmide social.



Cícero Martinha
Presidente do Sindicato
dos Metalúrgicos de Santo
André e Mauá

Votos nulos e brancos se destacam em cidades do ABC

Três cidades do Grande ABC figuram entre as dez que mais tiveram votos nulos e brancos no segundo turno das eleições, no dia 30 de outubro, em todo o Brasil. Mauá, que elegeu o deputado estadual Átila Jacomussi (PSB), ao vencer o prefeito Donisete Braga (PT), é o primeiro da lista com 25,8% entre votos nulos e brancos.

A seguir aparece São Bernardo do Campo que teve 23% de votos nulos e brancos, em eleição vencida pelo deputado estadual Orlando Morando (PSDB) no confronto com o deputado federal Alex Manente (PPS). Já em Diadema, que reelegeu o prefeito Lauro Michels na disputa com Vaguinho do Conselho (PRB), o

percentual foi de 21,8%. Todos esses números não incluem o absenteísmo, que também foi altíssimo, assim como no primeiro turno.

Santo André escapou da lista dos dez mais, mas nem por isso o percentual de votos nulos e brancos foi baixo, ficando em 18,83%. Paulo Serra (PSDB) foi eleito ao vencer o prefeito Carlos Grana (PT).

Três municípios já haviam escolhido os prefeitos no primeiro turno. Em São Caetano do Sul, José Auricchio Júnior (PSDB) volta a ocupar a Prefeitura. Em Ribeirão Pires, o futuro prefeito é Adler Kiko Teixeira (PSB). Já Gabriel Maranhão (PSDB) foi reeleito em Rio Grande da Serra.

Governo quer cobrar contribuição de aposentados, diz jornal

O governo Temer quer cobrar contribuição previdenciária de todos os aposentados, conforme noticiou o jornal Folha de S.Paulo na semana passada. Para tanto, a ideia é mudar a Constituição Federal, que prevê a cobrança de contribuição previdenciária apenas de inativos que recebem acima do teto do INSS, de R\$ 5.189,82.

Isso significa que, hoje, a cobrança só atinge os funcionários públicos com aposentadoria acima dessa faixa. Se a mudança na Constituição for aprovada no Congresso Nacional, como quer o governo, abre o caminho para a cobrança de contribuição previdenciária de todos os aposentados, incluindo os do INSS, independentemente do valor do benefício.

Caso sejam obrigados a contribuir para a Previdência, os aposentados que recebem um salário mínimo teriam um desconto mensal de R\$

70,40. A falta que esse valor fará no fim do mês é de uma maldade sem tamanho com a população de baixa renda. Em um ano, serão quase R\$ 850,00 a menos para mais de 21 milhões de beneficiários do INSS.

Com o tempo, a medida anularia todo o ganho real que o salário mínimo acumulou de 2002 para cá, período em que o aumento real, descontada a inflação, chega a 77,18%. Isso graças à política de valorização negociada pelo então presidente Lula com as centrais sindicais e ao crescimento da economia no Brasil.

A explicação esfarrapada para querer cobrar contribuição previdenciária dos aposentados do INSS é que os que recebem um salário mínimo de aposentadoria levam para casa mais do que recebiam quando estavam trabalhando. Isso, para a equipe do governo, é uma incoerência.

| Campanha Salarial 2016 |

Vamos pressionar os patrões por reajuste e outras reivindicações

O Sindicato convoca os trabalhadores para a assembleia da Campanha Salarial 2016 nesta sexta, dia 4, às 18h, na sede em Santo André. A participação de todos é importante pois os patrões vêm empurrando as negociações com a barriga, sem apresentar propostas concretas para as nossas

reivindicações. Portanto, companheiros, nessa assembleia vamos decidir a nossa mobilização para pressionar os patrões pelo reajuste que reponha, pelo menos, a inflação, entre outras reivindicações.

Além da indiferença dos patrões, neste ano temos um complicador a

mais. Como o Sindicato vem alertando, o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu por liminar a Súmula 277. Essa súmula do TST (Tribunal Superior do Trabalho) garantia aos trabalhadores os direitos previstos na convenção coletiva do trabalho até que um novo

acordo fosse fechado entre o Sindicato e os sindicatos patronais.

Porém, com a suspensão da súmula, os trabalhadores dos grupos 19-3 e 10, do Sinien e Sindmotor ficam descobertos enquanto não sair o acordo com a renovação das cláusulas sociais.

| Eurobrás | Eleitos os novos cipeiros

Os companheiros da Eurobrás escolheram os novos cipeiros em eleição realizada nesta terça, dia 1º. O diretor Tarzan informa que a nova Cipa terá a seguinte composição: titulares – Vivian Aparecida dos Santos (16 votos); José Aparecido da Silva, o Cidão (12), e Benedito Teodoro Luiz, o Benê (11). Suplentes: Danilo da Cunha Francisco; Douglas Souza da Conceição, o Douglas do Pátio, e Ivan Passos Cristovam, todos com dez votos.

| Andreolli | PLR já foi paga em parcela única

Os companheiros já receberam a PLR-2016, conforme proposta aprovada em assembleia no dia 31, informa o diretor Aldo.

| FS Molas | PLR é paga em duas parcelas

Conforme proposta aprovada em assembleia realizada nesta segunda, dia 31, os companheiros da FS Molas vão receber a PLR-2016 em duas parcelas, sendo a primei-

ra no dia 26 de novembro e a segunda no dia 26 e maio de 2017, informa o diretor Manoel Gabriel.

| Refriac | PPE é prorrogado por mais seis meses

O PPE (Programa de Proteção ao Emprego) será renovado por mais um período de seis meses na Refriac. Descontentes com o convênio médico, que ficou muito caro para quem tem dependentes, os trabalhadores chegaram a rejeitar essa renovação. Diante do compromisso da empresa de discutir essa reivindicação, os companheiros concordaram com a prorrogação

do PPE, informa o diretor Aldo.

Durante a vigência do PPE, a jornada de trabalho é reduzida em 20%, e os salários dos trabalhadores sofrem diminuição de 10% porque outros 10% são complementados com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

| Sindicalize-se |

A equipe de sindicalização do Sindicato estará nas seguintes empresas na próxima semana:

Dia 7/11 Usinagem Irmãos Belliero
Dia 8/11 Overtec
Dia 9/11 Dalpino
Dia 10/11 Alumínio Havai
Dia 11/11 Andreolli

Usinagem Irmãos Belliero



Trabalhadores aprovam PLR em assembleia

Alumínio Havai



Assembleia dos companheiros da Alumínio Havai

Fechado acordo da PLR

Os trabalhadores da Usinagem Irmãos Belliero vão receber a PLR-2016 em duas parcelas, nos dias 10 de novembro e 10 de janeiro de 2017, conforme proposta aprovada em assembleia realizada nesta segunda, dia 31, informa o diretor Tarzan.

PLR tem valor fixo

Em assembleia realizada nesta segunda, dia 31, os companheiros da Alumínio Havai aprovaram a proposta da PLR-2016 e vão receber o valor no dia 20 de dezembro, informa o diretor Aldo.

Darus Móveis / Magazine do Cabeleireiro Beatriz



Trabalhadores da Darus Móveis aprovam a PLR em assembleia

PLR é paga em parcela única

Os trabalhadores da Darus Móveis/Magazine do Cabeleireiro Beatriz vão receber a PLR-2016 nesta sexta-feira, dia 4, conforme proposta aprovada em assembleia realizada em 1º de novembro, informam os diretores Cica e Nei.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA



O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ, com sede à Rua Gertrudes de Lima, 202, Centro, Santo André, através do seu Presidente, Senhor CÍCERO FIRMINO DA SILVA, CONVOCA todos os trabalhadores das empresas metalúrgicas de Santo André e Mauá a comparecerem na sede do Sindicato no dia **04 de Novembro de 2016**, sexta-feira, às **17:00 horas** em primeira convocação e às **18:00 horas** em segunda convocação; para tratar da seguinte ordem do dia: a) Discussão, apreciação e deliberação sobre a negociação coletiva/ Campanha Salarial 2016 em curso com os Sindicatos da Categoria Econômica e a FIESP. CÍCERO FIRMINO DA SILVA- Presidente.

STF nega desaposentação a 182.000 segurados

A situação de quem já obteve o recálculo do benefício em instâncias inferiores da Justiça fica indefinida e será examinada caso a caso

Ao considerar a desaposentação inconstitucional por 7 votos a 4, em sessão realizada no dia 26 de outubro, o STF (Supremo Tribunal Federal) colocou um fim a uma questão que vinha se arrastando há mais de dez anos naquela corte, enquanto no Brasil todo mais de 182.000 processos estavam no aguardo dessa decisão. Para o Supremo, apenas uma lei aprovada pelo Congresso Nacional poderia conceder esse direito.

Exame caso a caso. Em relação aos aposentados que já obtiveram na Justiça a desaposentação, com a revisão de seus benefícios porque continuaram a trabalhar e a contribuir para o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), o STF decidiu que cada caso será analisado separadamente, na medida em que surgirem recursos apresentados por beneficiários ou pelo INSS.

"Não teríamos, agora, como vislumbrar todas as situações que um ou outro acha que pode ser. Se tivéssemos que resolver varia-



das situações, teríamos de reabrir o julgamento, que já finalizou", justificou a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF.

Ressarcimento. Tão logo saiu a decisão do STF, a advogada-geral da União, Grace Mendonça, afirmou que o governo estudará entrar com ações para pedir o ressarcimento dos recursos pagos aos que conseguiram aumentar seus benefícios. "É um tema sobre o qual o INSS já vem se dedicando", disse (leia matéria ao lado).

Projeto no Senado prevê desaposentação

Desde 2010, tramita no Senado Federal o projeto de lei 91, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), o qual regulamenta a desaposentação. O parlamentar anunciou que entrará com um novo projeto a fim de impedir a devolução dos recursos já pagos aos beneficiários

que conseguiram na Justiça a desaposentadoria.

Antes da decisão do STF, o governo Michel Temer admitiu a inclusão no projeto da reforma previdenciária, a ser encaminhado ainda ao Congresso Nacional, de artigo para proibir a desaposentação.

Multa de trânsito é reajustada em até 244%

Ao dirigir, cuidado! A partir desta terça-feira, dia 1º, as multas de trânsito vão pesar mais no seu bolso e também em pontos na sua carteira de motorista, em determinados casos. Depois de 16 anos congelados, os valores foram reajustados entre 52% e 244%, conforme lei 13.281/2016, sancionada em maio último.

Ser pego usando celular é o caso de multa reajustada em 244%, passando de R\$ 85,13 para R\$ 293,47. Já os pontos na carteira de habilitação saltaram de 4 para 7. Isso porque essa infração foi agravada de grau médio para gravíssimo.

Os motoristas suspeitos de dirigir alcoolizados, que se recusarem a fazer o teste do bafômetro, serão multados em R\$ 2.934,70 (multa era de R\$ 1.915,00) e terão ainda a habilitação suspensa pelo prazo de 12 meses.

Também foi agravada a multa por estacionamento em vagas reservadas a deficientes e idosos sem a cre-



dencial que comprove sua condição. Agora, a infração é gravíssima, com multa de R\$ 293,47, e o veículo será guinchado.

Outra mudança é no tempo mínimo de suspensão do direito de dirigir, quando o motorista atinge 20 pontos na CNH, aumentando de um para seis meses.

Com os reajustes em vigor desde

o dia 1º, as multas de trânsito passaram a ter os seguintes valores:

- infrações gravíssimas: de R\$ 191,54 para R\$ 293,47;
- infrações graves: de R\$ 127,69 para R\$ 195,23;
- infrações médias: de R\$ 85,13 para R\$ 130,16;
- infrações leves: de R\$ 53,20 para R\$ 88,38.

Conta de luz sobe com a bandeira amarela

A partir deste mês, as contas de luz terão um acréscimo com a volta da chamada bandeira tarifária. O adicional será de R\$ 1,50 para cada 100 kWh consumidos, porque a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) acionou a bandeira amarela. A justificativa é de que os reservatórios das hidrelétricas estão com níveis muito baixos devido à falta de chuvas nas regiões Norte e Nordeste. Quando isso ocorre, são acionadas as usinas termelétricas que geram energia a um custo mais alto.

A bandeira tarifária começou a vigorar em 2015. Durante todo o ano de 2015 até fevereiro de 2016, a bandeira vermelha, com a tarifa mais elevada, esteve em vigor no país. Nos meses de fevereiro e março de 2016, se manteve amarela. A bandeira verde, que não acarreta cobranças adicionais, começou a vigorar em abril, permanecendo até outubro.

O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

Presidente: Cícero Martinha **Diretor responsável:** Osmar Cesar Fernandes **Jornalista responsável:** Marina Takiishi MTb 13.404

Fotos: Rossini Handley **Projeto gráfico e ilustrações:** Rodrigo da Cunha Lima

